

A perspectiva relacional do capital social e o dilema da ação coletiva: conexões teóricas e metodológicas

Maria Flávia Pires Barbosa, CODEMGE/MG
Weber Soares, IGC/UFMG

Resumo

Este artigo carrega o propósito de por em evidência as conexões teóricas e metodológicas existentes entre a perspectiva relacional do capital social e o dilema da ação coletiva.

Palavras-chave: Capital Social. Ação Coletiva. Análise de Redes Sociais. Medidas Relacionais de Capital Social

Abstract

This paper sheds light on the theoretical and methodological connections between the relational perspective of social capital and the dilemma of collective action.

Keywords: Social Capital. Collective Action. Social Network Analysis. Relational Measures of Social Capital

pires_flavia@yahoo.com.br
weber.igc@gmail.com

Introdução

As vertentes teóricas sobre o capital social, tanto na Sociologia quanto na Economia, porque atribuíram funções muito distintas a esse tipo de capital, chegaram, por vezes, a torná-lo obscuro e de difícil operacionalização. Duas matrizes interpretativas sobre o conceito de capital social, a literatura registra. De caráter instrumentalista, a concepção clássica sobre o capital social é a de que ele consiste em elemento da estrutura social facilitador de ações individuais: nessa primeira matriz, o capital social apenas adquire sentido pelo seu valor de uso. Nas proposições teóricas e metodológicas da Análise de Redes Sociais - ARS sobre o capital social, ancora-se a segunda matriz interpretativa. As posições ocupadas pelos atores nas redes, recursos estratégicos que podem facilitar ou constranger ações, e os laços que vinculam esses atores e as posições estruturais deles aos recursos materiais e simbólicos nelas circulantes identificam-se, nesse caso, com o capital social.

O problema que subjaz à dinâmica da ação coletiva se coloca quando a racionalidade individual não coincide com os interesses do grupo, o que impede a consecução do bem coletivo. O sucesso da ação coletiva implica a mobilização dos indivíduos e o compromisso deles com certas estratégias de coordenação que levam à cooperação. Por sua vez, a cooperação resulta da atmosfera geral de confiança entre os agentes envolvidos na ação coletiva, isto é, do capital social. A ordem de dependências seria, então, a que se segue: a coesão social provém da confiança; a cooperação, da coesão; a participação, da cooperação; participação essa que é o fundamento da ação coletiva.

Se o conjunto de recursos estratégicos circulantes na estrutura social, entre eles a confiança, aos quais os indivíduos tem acesso por efeito das posições estruturais nas quais eles se situam, equivale ao capital social, cabe admitir, portanto, que esse tipo de capital guarda estreita aderência com a dinâmica das redes sociais. Topologias de interação social, as redes prestam-se, por meio da representação visual na forma de grafos e da álgebra matricial, à análise de situação e à análise das posições relativas dos atores na estrutura social. Grosso modo, a ARS se assenta em dois objetivos: 1) identificar os padrões estruturais resultantes das interações sociais; e 2) entender os desdobramentos desses padrões sobre o comportamento dos atores.

Na ordem de conexões entre o capital social e a ação coletiva, parece razoável fazer uso dessa *analysis situs* para captar os padrões relacionais que engendram o sucesso da ação coletiva, pois são as relações sociais, os laços fortes e os laços fracos, que, da perspectiva relacional, respondem pela emergência desse capital. Em razão disso, o conceito de redes desponta como instrumento heurístico para explicar a relação positiva entre o capital social e a eficiência do grupo na produção de bens coletivos. Se assim é, medidas de rede, tais como densidade, distância geodésica, centralidade de grau, coparticipação em cliques e índice C, constituem um via metodológica para tornar operacional o conceito de capital social. A essa luz, carrega este artigo o objetivo de por em evidência as conexões teóricas e metodológicas entre a perspectiva relacional do capital social e o dilema da ação coletiva.

Análise de redes sociais - ARS

As redes são objeto de interesse de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, daí distintas são as formas de tratamento teórico e distintas, as técnicas de análise das estruturas reticulares. O foco nas relações entre os nós/indivíduos é o que une essas formas de tratamento teórico e essas técnicas analíticas: há uma miríade de tipos de redes que diferem quanto à forma, ao tamanho e à natureza; seus elementos constitutivos são, no entanto, os mesmos, isto é, elas são compostas por nós e pelas conexões entre eles. A terminologia varia de uma área do conhecimento para outra: nós, pontos, atores e vértices servem para designar pessoas, objetos ou eventos; e vínculos, laços, relações e arcos são nomes encontrados na literatura para indicar as conexões entre as pessoas, objetos ou eventos (CAVALCANTE, 2009). Embora seja um tanto evidente o forte interesse das ciências sociais pelo tema das redes, suas aplicações não se restringem, portanto, a essa área.

Nas ciências sociais e humanas, o interesse de entender o modo pelo qual as redes afetam a vida social, de ir além das descrições normativas, dos atributos pessoais e das relações diádicas, contribuiu para o desenvolvimento de técnicas analíticas que lhes são próprias. Para Hanneman e Riddle (2001), a ideia básica de uma rede é simples: trata-se de um conjunto de atores (ou pontos, nós) entre os quais há vínculos (ou relações, laços). Estrutura de laços entre atores de determinado sistema social, o que configura a existência de uma rede é a presença de relações ou laços efetivos entre dois ou mais atores. A diáde, ou a interação entre dois atores, é a menor unidade de uma rede que só ganha sentido quando se tem em conta o contexto em que ela está inserida e a estrutura na qual o indivíduo se encontra (COSTA, 2015). As relações de completa reciprocidade entre três atores denominam-se tríades. Importante recurso analítico no estudo de redes sociais complexas e muito extensas, o subgrupo corresponde a um conjunto finito de atores e de suas ligações que demandam limitação fronteira para permitir a análise (WASSERMAN; FAUST, 1994).

As relações entre os atores que dão corpo a determinada rede possuem forma e conteúdo. A forma compreende dois aspectos fundamentais: a intensidade ou força das relações entre os atores; e a frequência e o grau de reciprocidade com que esse laço se manifesta. Já o conteúdo corresponde à natureza dos laços, que pode ser de parentesco, amizade, afetivo, poder, troca de bens simbólicos ou materiais etc. A rede não é, entretanto, consequência apenas das relações que ocorrem entre os atores, pode ser também o resultado da ausência de relações, da falta de laços diretos entre dois atores, do que Burt (1992) chama de “buraco estrutural”. Sendo assim, realizar uma descrição completa e rigorosa da estrutura relacional constitui o ponto de partida analítico para compreensão apropriada de uma rede social (HANNEMAN; RIDDLE, 2001).

A ARS reconhece a realidade social como uma estrutura de relações que envolve entidades interdependentes (grupos, indivíduos, organizações). Logo, diferentes tipos de relações correspondem a diferentes tipos de rede, ainda que o conjunto de atores seja o mesmo. Para Wellman (1999), no campo da ARS, esse ambiente social no qual os indivíduos estão inseridos se expressa pelos padrões ou regularidades presentes nas relações. A análise de redes pressupõe, portanto, uma lógica de análise estrutural que se baseia em dois princípios básicos: 1) a identificação de determinados padrões de interação social; e 2) a compreensão da

influência desses padrões no comportamento dos atores sociais (WASSERMAN; FAUST, 1994). Por isso, um aspecto epistemológico importante da análise de redes sociais reside na compreensão de que as redes estruturam os campos das diversas dimensões do social. Mais fortemente desde a década de 1980, a literatura tem revelado que os vínculos entre indivíduos, instituições e organizações estruturam diferentes situações sociais e influenciam o fluxo de bens, informações e poder (MARQUES, 2006).

Como o foco da ARS está nas relações e nos padrões relacionais, ou seja, na estrutura social, não é possível isolar os atores e suas conexões. As análises não se concentram no indivíduo, mas no conjunto de indivíduos e, sobretudo, nos laços entre eles. O foco analítico é deslocado dos atributos individuais para as relações estabelecidas entre os atores sociais em determinado contexto social (WASSERMAN; FAUST, 1994). Logo, é preciso recorrer a um conjunto de métodos diferente dos métodos estatísticos convencionais para tratar os dados relacionais.

A ARS pode ser considerada um instrumento indutivo de investigação social porque torna possível a quantificação e a qualificação das relações entre os atores e, com isso, fornece elementos heurísticos indispensáveis ao entendimento da dinâmica social (VARANDA, 2007). “A medição das relações, ou da troca de recursos, é necessária à compreensão das interdependências e das assimetrias de poder existentes em toda a ação coletiva” (VARANDA, 2007, p. 211). Tal análise parte da observação da existência ou ausência de relações entre os membros da rede, de modo que a reconstituição desse sistema de relações e a descrição da sua influência sobre o comportamento dos seus membros seja levada a efeito. Ao dar visibilidade ao campo de relações em que o indivíduo está inserido, já que a ARS abriga ferramentas estatísticas que permitem ordenar as relações entre os indivíduos de modo que tais interações possam ser representadas em um grafo ou numa rede (VELÁZQUEZ; AGUILAR, 2005), torna-se possível identificar a posição dele, indivíduo, nesse campo e o papel desempenhado por cada um dos que integram certa estrutura social.

A ARS busca estabelecer uma ponte entre duas escolas de análise do campo social: a “estruturalista” e a “subjetivista”; interessa-se por dar a conhecer o modo pela qual o indivíduo se integra à estrutura e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual a estrutura emerge das microrrelações entre os indivíduos no mundo social (HANNEMAN; RIDDLE, 2001). Nem o forte determinismo, que pressupõe a prevalência das estruturas sociais sobre as ações individuais, nem racionalidade absoluta, que presumi a ação individual guiada, apenas, pelo autointeresse objetivo, coadunam-se com os princípios da ARS, porque desconsidera as relações sociais concretas. Assim, por levar em conta o contexto social no qual os atores tomam decisões, a ARS admite que “os atores movem-se dentro de uma lista predeterminada de preferências e faz a melhor escolha possível com os meios de que dispõe (SOARES, 2006, p. 7). Quatro princípios centrais delimitam o status epistemológico da análise de redes sociais: i) os atores, bem como suas ações, são considerados interdependentes; ii) as conexões entre os atores servem para a transferência de recursos materiais e imateriais; iii) o marco condicionante é a estrutura relacional dos atores, que apresenta oportunidades e constrangimentos; e, iv) os constrangimentos induzem os atores a agir de maneira mais consistente com as próprias preferências e, assim, a atingir seus objetivos (DEGENNE; FORSÉ, 1999).

Duas são as perspectivas analíticas de natureza complementar que a literatura sobre a ARS registra: a sociocêntrica e a egocêntrica. A primeira leva em conta a ocorrência e a não ocorrência de vínculos entre todos os atores que integram determinada rede social para revelar os padrões relacionais existentes entre esses atores, ou seja, para identificar os subgrupos reticulares com maior grau de coesão interna e os nós que ocupam posições similares. Já a segunda perspectiva toma como referência um nó/ator (ego) da rede e outros nós/atores com os quais esse nó egoico mantém relações diretas ou indiretas para expor o número, a magnitude e a diversidade delas (SOARES, 2006; SILVA et. al., 2013).

Ação coletiva e capital social

Da ação coletiva

Ao ponderar sobre o conceito de bem coletivo, Olson (1965) mostra que a satisfação dos interesses comuns a um grupo é equivalente ao problema de provisão de um bem coletivo para toda a sociedade, isto é, o conceito de bem coletivo pode ser aplicado a bens que interessam apenas a uma parte da sociedade. Assim, ainda que os membros de um grupo almejem um bem coletivo, não haveria, na esfera individual, incentivos para arcar com os custos de sua produção desse bem, quando não há a possibilidade de fazer distinção entre os que contribuem e os que não contribuem na realização dele. O problema da ação coletiva surge exatamente na ocasião em que os indivíduos não se sentem motivados a colaborar, porque guardam a expectativa de que outros contribuam no lugar deles. Nem toda interação entre os indivíduos em benefício de interesses comuns redundam, no entanto, em fracasso. Dessa forma, o que Olson busca elucidar em suas análises são as condições que levam ao sucesso ou ao fracasso da ação coletiva (MONASTÉRIO, 2010).

É no ignorar as relações entre os indivíduos, no individualismo atomístico do qual se serve para divisar a dinâmica social que reside, de acordo com Monastério (2010), a limitação da teoria da ação coletiva de Olson. Em razão disso, Granovetter (1973) sugere um recorte analítico que leva em conta o contexto social no qual os indivíduos se inserem, sem, contudo, desconsiderar a racionalidade dos atores. Daí, a ação coletiva implicaria necessariamente dois processos: a mobilização dos atores e o compromisso deles com uma estratégia coordenada (VARANDA et. al., 2015).

As teorias sobre movimentos sociais que se ocupam da ação coletiva consideram os laços fortes presentes entre os membros de um grupo como fator determinante da mobilização social. Ora, “a identidade com o grupo só se concretiza em mobilização quando existem laços organizacionais que suportam essa participação” (VARANDA, et. al., 2015, p. 47). Quanto à coordenação, o problema reside na passagem da ação concebida individualmente para a ação coletiva, porque a sintonia entre as ações ou as escolhas dos agentes implica dificuldades que podem entravar a ação coletiva e, em virtude disso, mecanismos de cooperação devem ser colocados em prática para incentivar a participação coletiva (OLSON, 1965).

Para Varanda et. al. (2015), as dinâmicas subjacentes a cada um destes processos, mobilização e coordenação, resultam de forças que estão em constante tensão. A necessidade de investimentos relacionais distintos em diferentes fases

de consecução da ação coletiva alimenta essa tensão, pois o sistema social deve abrir-se, em algum momento ao exterior, se quiser ter acesso a recursos desconhecidos, tais como informações não redundantes e novas ideias. São os laços fracos (GRANOVETTER, 1973) que facultam o acesso a recursos dessa natureza. Porém, a coordenação de ações sociais impõe a existência de redes mais coesas, nas quais os atores estão ligados por laços fortes, porque os custos do não cumprimento das normas são mais altos quando a rede é mais densa e coesa. Logo, a mobilização social, que se faz por meio de laços fracos (bridging/brokerage); e a coordenação, por meio de laços fortes (closure), são processos que ensejam o desenvolvimento de um sistema no tempo (VARANDA, et. al., 2015).

Em especial, os trabalhos de Granovetter (1973, 1985), de Coleman (1988, 1990) e de Putnam (1996), que forneceram as bases elucidativas das conexões entre as relações sociais e as atividades produtivas, levaram também ao aprimoramento do conceito de capital social (MONASTÉRIO, 2010). Então, na ordem de causalidades que se estabelecem entre relações sociais e ação coletiva, a perspectiva relacional sobre o capital social mostrar-se-ia apropriada para apreender, em certo ambiente social, os padrões relacionais que implicam o sucesso da ação coletiva.

Do capital social

Na perspectiva clássica, o conceito de capital social é utilizado “com o objetivo de qualificar a influência das normas e dos valores sociais de uma coletividade sobre as ações individuais” (FAZITO, D.; SOARES, W., 2010, p. 28). Para Putnam (1996, p. 1), o capital social corresponde “aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e humano”. Ao passo que o capital social tem como foco as relações entre os indivíduos; o capital humano equivale às habilidades individuais e o capital físico aos objetos materiais. Refere-se ainda o capital social ao que se conhece como “virtude cívica”; virtude essa que é tanto maior quanto maior for o grau de reciprocidade existente no ambiente social. Na sua origem, o conceito de capital social, antes de ser inteiramente inovador, diz respeito a antigas noções de civismo comunitário (FERNANDES, 2002).

Loury (1977) foi o primeiro a identificar o capital social com recursos presentes nas relações familiares e na comunidade que propiciam o desenvolvimento social de crianças e jovens. Todavia, o capital social só foi tratado de forma mais sistemática por Coleman (1988, 1990) que precisou o conceito pela combinação de elementos retirados de duas vertentes teóricas, uma sociológica e outra econômica, sobre a ação social. Para a primeira, os indivíduos são vistos como atores sociais cujas ações, moldadas pelo contexto social, são coordenadas por normas, regras e obrigações; já para a segunda, o ator é guiado por uma força motriz interior, isto é, objetivos independentes e interesses próprios presidem a ação na esfera social (COLEMAN, 1988). Ao passo que a falha fundamental da vertente sociológica sobre a ação social estaria em desconsiderar o motor da ação, isto é, o que confere ao ator direção e propósito; no caso da vertente econômica, a lacuna residiria em ignorar as contingências e constrangimentos sociais sobre a ação individual (COLEMAN, 1988). Essa tradicional divisão entre a concepção micro do comportamento individual e macro do comportamento social encontra,

de acordo com Coleman (1988), superação e articulação heurística no conceito de capital social.

O capital social que emerge das relações entre os atores da estrutura social, onde se conserva e se reproduz, favorece a ação coletiva. Os indivíduos podem utilizar suas habilidades pessoais (capital humano), ferramentas, instalações físicas etc. (capital físico) para atingir seus objetivos; eles, no entanto, só conseguem satisfazer alguns de seus interesses, por causa da interdependência que os rege na estrutura social, quando agem conjuntamente (COLEMAN, 1990). Se o capital social emerge das relações sociais, se as relações importam para o êxito da ação coletiva, então o capital social é produtivo, porque torna possível alcançar certos fins que na ausência dele seriam inalcançáveis ou seriam atingidos a um custo muito elevado. Possui ele propriedade estrutural e coletiva – não é um atributo dos indivíduos, mas emerge das relações entre eles (COLEMAN, 1988). Como parte da estrutura social que tem como objetivo facilitar, ou constranger, as ações individuais, a origem do capital social reside nas obrigações morais, organização social e normas coletivas. Assim, valores sociais como confiança, autoridade etc. funcionam como formas de capital social disponíveis ao indivíduo de acordo com a posição por ele ocupada na estrutura social (COLEMAN, 1988, 1990).

Existem diferentes tipos de relações sociais geradoras de capital social: i) as que envolvem expectativas e obrigações entre os indivíduos; ii) as que implicam recompensas e sanções; iii) as relações de autoridade; e iv) as relações sociais que permitem acesso à informação a custo baixo. Todos esses tipos relacionais têm como substrato a confiança: os indivíduos agem segundo a expectativa de que um favor prestado, por exemplo, será, em alguma ocasião futura, retribuído, ou trabalham acreditando que, ao final, receberão o pagamento acordado. Além disso, o capital social não se desgasta com o uso; e as relações sociais que o constituem tornam-se mais perenes quando ativadas constantemente. Ora, se os indivíduos se associam em prol de um objetivo em comum, relações de confiança mútua são desenvolvidas, e tais relações - e o capital social gerado como subproduto da ação - poderão ser utilizadas noutras ocasiões com objetivos outros (COLEMAN, 1990).

Para Coleman, quando se tem em conta a ação coletiva, a diferença entre duas ou mais comunidades com os mesmos recursos materiais (capital físico) e instrucionais (capital humano) reside na presença ou ausência de capital social, ou seja, é a existência ou não de laços de confiança e de reciprocidade que tornará possível a cooperação entre os indivíduos envolvidos na ação coletiva (FERNANDES, 2002).

À luz desse pressuposto, Putnam (1996) estudou, durante vinte anos, o processo de descentralização do governo da Itália para entender por que algumas instituições políticas das diversas províncias italianas exibiam desempenhos tão diferentes de outras, muito embora dispusessem de instituições políticas idênticas. Putnam reconhece o capital social como fator determinante do desempenho diferenciado dos governos regionais na Itália, ou melhor, as diferenças quanto ao desenvolvimento entre as regiões do norte e do sul da Itália guarda relação direta com os níveis de capital social circulante em cada uma dessas regiões. Apoiando-se em complexos indicadores, Putnam (1996) mostrou a existência de uma correlação positiva entre modernidade econômica e desempenho

institucional, entre desenvolvimento e ação cívica (FERNANDEDS, 2002). A explicação para o fato de que as regiões italianas detentoras de maiores níveis de capital social, conhecidas como “regiões cívicas”, apresentaram maiores taxas de crescimento econômico e, conseqüentemente, maior desenvolvimento, encontrar-se-ia no conjunto de características da organização social, quais sejam, confiança, reciprocidade, normas e sistemas, que facilitam ações coordenadas e aumentam a eficiência da ação coletiva.

O estudo de Putnam (1996) tem foco no conceito de capital social e na influência dele sobre o desenvolvimento econômico. Entendido como um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade existentes numa comunidade que facilitam a coordenação das ações em ordem a benefícios mútuos, o capital social tem como componente básico a confiança, que, por sua vez, promove cooperação entre os membros de determinado grupo social. Nas palavras de Putnam (1996, p. 180): “quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de que haja cooperação. E a própria cooperação gera confiança”. A confiança mostra-se, então, como a mola propulsora do processo de desenvolvimento, porque sem ela não há cooperação.

Fazito e Soares (2011) argumentam que a perspectiva sobre o capital social consagrada por Coleman e sedimentada por Putnam (1996) tornou-se clássica e influenciou grande parte dos estudos no campo das ciências sociais. No entanto, a apropriação e a difusão dessa concepção clássica do capital social por diferentes vertentes teóricas e práticas, em geral, contribuiu mais para distorcer do que para aprimorar o conceito. O amálgama de “funções” atribuído ao capital social revelou-se como metáfora para “vantagens individuais comparativas”, ou seja, “o capital social tornou-se, progressivamente, sinônimo de “vantagem utilitarista”, de recurso estratégico ensejado pela confiança e por normas sociais da coletividade que os indivíduos ou comunidades poderiam utilizar vantajosamente para determinado fim” (FAZITO; SOARES, 2011, p. 221).

Aceitar que o capital social só adquire sentido pelo seu valor de uso significa correr o risco de substancializá-lo em função de sua utilidade cotidiana e, assim, associá-lo às suas distintas formas de manifestação – confiança, crenças, normas etc. (FAZITO; SOARES, 2011). À luz dessa perspectiva “substancialista”, o capital social “é tido como objeto que confere vantagens a uns em detrimento de outros, como recurso social manipulável, reversível e intercambiável em diferentes contextos de ação” (FAZITO; SOARES, 2011, p. 222) que salienta a proeminência do indivíduo sobre a estrutura (GRANOVETTER, 1985).

Da perspectiva relacional do capital social

De acordo com Fazito e Soares (2011), para além da visão clássica e utilitarista do conceito de capital social, cuja definição associa-se a termos como “solidariedade”, “coesão social” e “reciprocidade” e que salienta a proeminência do indivíduo sobre a estrutura, desenvolveu-se no campo da ARS um conjunto, embora ainda fragmentado, de proposições teóricas e metodológicas sobre o capital social (BURT, 1992, 2000; LIN, 1999). Se os níveis desse tipo de capital num ambiente social qualquer dependem, sobretudo, da natureza das interações sociais, a análise de redes sociais constitui um recurso teórico-metodológico pertinente para lançar luz sobre tais interações. Nesse caso, o foco analítico se volta para as estruturas sociais e para as relações, isto é, para o padrão das relações

existentes entre as posições ocupadas pelos atores e para os fluxos relacionais que determinam a posição estrutural de cada ator na rede (WELLMAN, 1999).

Da perspectiva epistemológica da análise de redes sociais, o conceito de capital social desenvolveu-se com base em duas linhas compatíveis de pesquisa: a primeira, que se funda na concepção de “fechamento de rede” (SIMMEL, 1950, 1955; COLEMAN, 1990; GRANOVETTER, 1973) e a segunda, baseada no conceito de “buracos estruturais” (BURT, 1992, 2000).

Nos processos de formação e manutenção de grupos sociais, a noção de “fechamento de rede” demanda o entendimento de que o capital social é produto da coesão social interna do grupo: sem coesão social não há cooperação, sem cooperação não há participação, que é o sustentáculo primordial da ação coletiva. É por meio desse fechamento que as relações de confiança, as normas sociais e os canais de comunicação se consolidam: em tese, quanto maior o fechamento de rede, tanto maior a eficiência com que são utilizados os recursos do grupo equivalentes ao capital social (COLEMAN, 1988).

Para a formalização do processo de fechamento de rede e de sua associação com o conceito de capital social foi fundamental a contribuição de Granovetter (FAZITO; SOARES, 2011). O modelo de rede do qual se serve Granovetter (1973) para representar o mundo social é constituído por pequenos subgrupos de pessoas ligada por laços fortes; por sua vez, esses subgrupos se articulam através de laços fracos. No mundo social, cada pessoa desenvolve, então, uma rede de densas relações com outras pessoas consideradas próximas, cujos contatos são mais frequentes e abundantes, e desenvolve também uma rede menos densa de relações com conhecidos distantes e menos relacionados entre si. Esses dois tipos de redes desempenham funções diferentes que, por isso mesmo, geram tipos distintos de capital social: a que se estabelece com base em laços fortes tem função agregadora e engendra um tipo de capital social agregador; e a que se forma através de laços fracos pode gerar capital social resultante da mediação, da articulação entre redes densamente conectadas (MORENO, 2014). Redes densas tendem a reforçar o sentimento de pertencimento a determinado grupo e a favorecer a conformidade com as normas e os valores específicos do grupo; redes menos densas tendem a atenuar a presença do grupo e a ressaltar o indivíduo (MORENO, 2014).

Da perspectiva do fechamento de rede, o capital social tem que ver, portanto, com: i) o aumento das normas e confiança; ii) a redução do poder individual e o maior peso da esfera coletiva; iii) o aumento da cooperação e a consequente redução dos conflitos internos; e iv)) a elevação da coesão interna, da solidariedade e do controle estrutural (normativo) (ENGLE, 1999; FAZITO; SOARES, 2010).

Porém, quando se tem em conta a associação entre o conceito de buraco estrutural e o de capital social, este passa a ser entendido como a posição estrutural que o ator ocupa na rede e as vantagens obtidas por meio das relações de exclusividade que essa posição proporciona - o aspecto competitivo das diferentes posições estruturais de uma rede, como a dos chamados intermediários, é o que essa concepção salienta. Ao passo que as análises sobre o fechamento de rede tendem a focalizar os laços internos dos grupos e a chamada densidade das relações de rede, que concebem o capital social como recurso que é manipulado

internamente pelos grupos ou *cliques*; o foco das análises que se ancoram no conceito de buracos estruturais tem como foco a densidade das relações *externas* aos grupos e a maneira pela qual os atores se orientam com base nelas (FAZITO; SOARES, 2011).

Burt (1992) sustenta que os buracos estruturais associam-se ao desempenho competitivo dos atores numa rede de relações e posições estruturais objetivas: o capital social consiste em propriedade estrutural e cria “vantagem competitiva” individual. À medida que para Granovetter (1973) a “força dos laços fracos” está na capacidade deles de difundir novas ideias, informações e recursos entre grupos estruturalmente diferentes e até mesmo divergentes: os recursos que são trocados, nesse caso, comportam menor grau de redundância; para Burt (1992) os laços fracos conferem aos intermediários o poder necessário para bloquear contatos e transações entre partes distintas de uma rede social. A capacidade de intermediação entre partes distintas da rede se vê identificada por Burt (1992) com o capital social; “e, por causa dessa intermediação, o termo “agente” (*broker*) é utilizado no lugar de ponte para indicar a vantagem competitiva do indivíduo que ocupa uma posição estrutural privilegiada (FAZITO; SOARES, 2011, p. 228).

Em suma, para os analistas de redes sociais que se situam na perspectiva de fechamento de rede são caros os conceitos de coesão social, cooperação e solidariedade, em tal caso, o centro de interesses consiste nos laços internos e na densidade das redes e o capital social constitui recurso que é manipulado internamente pelos grupos. Já para os analistas que levam em consideração os buracos estruturais, o capital social corresponde à capacidade de intermediação entre blocos distintos da rede, para eles a análise incide sobre a densidade das relações *externas* aos grupos e sobre a maneira pela qual os atores se orientam com base nelas. Ao passo que o fechamento de rede sinaliza estabilidade e coesão interna; os buracos estruturais indicam dinâmica e renovação das relações estruturais; referem-se a “[...] vantagem de curto prazo que tende ao equilíbrio - no equilíbrio essa vantagem acaba” (BURT, 2000, p. 13).

Recursos relacionais e posicionamento dos atores na rede social

A perspectiva relacional que se baseia na concepção de fechamento de rede e a que se ancora na de buracos estruturais entram em harmonia na proposta conceitual de Lin (2001). A essa luz, o capital social consistiria tanto em recursos que estão presentes nas estruturas reticulares, tais como riqueza, poder e status, quanto na quantidade ou variedade de laços sociais que vinculam os atores e suas posições estruturais a esses recursos. Recursos esses aos quais Lin (2001) denomina de recursos de rede e de recursos de contato.

A especificidade do capital social se encontra, nesse caso, na natureza das relações estabelecidas entre os atores sociais, individuais e coletivos, porque ele é criado nas estruturas reticulares e expressa a associação entre esse tipo de estrutura e os indivíduos nela estrategicamente posicionados. Daí, o acesso ao capital social depende das disposições estruturais dos atores e das relações por eles estabelecidas nas redes. Não pode ser produzido nem mantido individualmente, pois às conexões existentes entre as diferentes posições ocupadas pelos diversos atores reticulares está ele, capital, subordinado (FAZITO; SOARES, 2011).

Dado que, em sua instância objetivista, as redes são sincronicamente

expressão formal das regularidades encontradas nos padrões relacionais de atores concretos - estrutura social - e topologias de interação social, porque servem à análise de situação e à análise das posições relativas dos atores e das relações objetivas entre essas posições; visto que o capital social pode ser entendido como o conjunto de recursos estratégicos aos quais os atores individuais e coletivos têm acesso em consequência das posições estruturais por eles ocupadas nas redes, então, esse tipo de capital se mostra visceralmente ligado à dinâmica das redes sociais. É nessa associação que se encontra o trunfo "... teórico do conceito de capital social para explicar a capacidade de um grupo ou comunidade para produzir ação coletiva com eficácia" (PRATES et. al 2007, p. 50). Se assim é, certos conceitos, métricas, técnicas e ferramentas específicas da Análise de Redes Sociais revelam-se úteis para apreender o capital social: as medidas de intermediação que se elaboram com base nos buracos estruturais põem em relevo as diversas fontes de informações que podem facilitar a tomada de decisões; e as medidas cujo lastro é o fechamento de rede servem para indicar a coesão interna dos membros de certo grupo e, com isso, a ambiência social favorável à cooperação entre eles.

Medidas de rede: a apreensão do capital social

Para formalizar a noção de capital social com base em métricas relacionais que se mostram úteis para lidar com o problema da ação coletiva, isto é, para captar a natureza, a qualidade e a intensidade das relações entre as posições e os atores nas redes e, com isso, averiguar o alcance explicativo da perspectiva relacional do capital social com respeito ao desenvolvimento da ação coletiva, as medidas relativas a esse tipo de capital situam-se, de acordo com sua índole elucidativa e tipo de resultado gerado, em três grupos: medidas de inserção estrutural, medidas de coesão e medidas de intermediação.

A ação econômica e as instituições são influenciadas pelas relações entre os atores que delas participam e pela própria estrutura da rede global, é o que Granovetter (1985) chama de inserção estrutural. Duas são as medidas que podem ser utilizadas para captar o nível de inserção estrutural dos atores que compõem as redes sociais de qualquer recorte socioespacial: a centralidade de grau e a coparticipação em cliques. Servem elas para descrever a estrutura relacional dos atores envolvidos, identificar os atores centrais nas redes, captar o nível de interação entre eles, revelar os subgrupos e a maneira pela qual se dá a interação entre os atores desses subgrupos.

A centralidade de grau, que serve ao propósito de identificar os atores que possuem papel de maior relevância na dinâmica social, maior poder, consiste no número de atores com os quais um ator tem laços diretos. Essa medida apoia-se na concepção de que atores que possuem mais laços com outros atores estão em posição vantajosa, pois a maior acessibilidade aos recursos presentes na rede que desfrutam esses atores confere a eles mais independência. Já a coparticipação em cliques é uma medida de rede que leva em conta o número de cliques dos quais toma parte um ator. Equivalentes a subgrupos de pessoas de determinada rede que compartilham laços fortes, diretos, frequentes, mútuos e positivos, os cliques respondem pela conexão de grandes estruturais sociais.

A coesão pode ser apreendida como um campo de forças que mantém as pessoas unidas e influencia o comportamento e/ou os valores delas. Ora, uma

rede social coesa traz benefícios aos atores que a integram, porque podem servir, quando necessário, como fonte de apoio. Da perspectiva de fechamento de rede, o capital social seria o produto dessa coesão social interna do grupo, daí as medidas de coesão, tais como densidade e distância geodésica, servem ao propósito de avaliar o nível de confiança, de cooperação e, portanto, fornecem indícios sobre os níveis de solidariedade e de controle estrutural normativo presentes nas redes.

Medida reticular sensível à coesão - quanto mais densa é uma rede, mais coesa ela é -, a densidade corresponde ao número de laços existentes expressos como proporção do total possível de laços numa rede qualquer (PRELL, 2012). A densidade lança luz sobre a dinâmica da estrutura social: onde existem altas taxas de conexão, as doenças e os rumores se espalham mais rapidamente, a possibilidade de mobilizar recursos e o acesso a múltiplos dispositivos para a resolução de problemas são maiores. Quanto à distância geodésica, é a métrica que acusa a menor sequência de laços (o menor passo) que conecta dois atores na rede: é considerada, portanto, a conexão mais eficiente entre esses atores, tanto na rede formada por laços direcionados quanto na que resulta de laços não direcionados.

A intermediação que um ator pode realizar entre subgrupos reticulares, subgrupos esses que se formam em razão da existência de buracos estruturais na rede, consiste em capacidade estratégica que lhe é conferida pela posição estrutural por ele ocupada na trama reticular. Assim, a posição que um ator ocupa entre dois ou mais subgrupos ou dois ou mais atores desconectados na rede oferece a ele certas vantagens quanto ao acesso a recursos materiais ou simbólicos, ao controle ou mediação de conflitos entre as partes etc. É, então, na capacidade de intermediação que o capital social encontra uma de suas formas de manifestação; e, para capturar os atores cuja posição estrutural proporciona a eles mais poder e prestígio, cumpre recorrer ao Índice C (*Constraint Index*) como medida de intermediação.

O Índice C atende a intenção de identificar os atores que ocupam posições vantajosas na rede quanto à obtenção de informações privilegiadas e ao controle do fluxo de informações ou de recursos; é, portanto, uma medida que revela as oportunidades de intermediação oferecidas pela estrutura reticular através da identificação de buracos estruturais, isto é, da ausência de ligações entre os atores da rede. Dado que a variação dessa métrica relacional é inversamente proporcional ao número de buracos estruturais; logo, quanto menor for o Índice C de um ator qualquer, maior será sua capacidade de intermediação de recursos simbólicos e materiais na rede.

Quadro 1: Capital social e métricas relacionais

CATEGORIA	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
CAPITAL SOCIAL	MEDIDAS DE INSERÇÃO ESTRUTURAL	
	Centralidade de grau	Corresponde ao número de contatos diretos que um ator possui na rede. Medida de liderança. Índice de centralidade - varia de 0 a 1
	Coparticipação em cliques	Equivale ao número de clique dos quais o ator participa na rede. Informa a quantidade de subgrupos coesos existentes na rede.
	MEDIDAS DE COESÃO	
	Densidade	Corresponde ao número de laços existentes expressos como proporção do total possível de laços na rede
	Distância geodésica	Equivale à menor distância entre dois atores na rede
	MEDIDA DE INTERMEDIACÃO	
Índice C	Informa as oportunidades de intermediação oferecidas pela estrutura reticular.	

Fonte: BARBOSA, 2018.

Considerações finais

A estreita aderência entre a dinâmica das redes sociais e o capital social, porque corresponde esse tipo de capital ao conjunto de recursos estratégicos aos quais os atores individuais e coletivos têm acesso em virtude das posições estruturais que eles ocupam nas redes, fornece as bases para formalizar e operacionalizar o conceito de capital social. As métricas relacionais que se revelam mais apropriadas para apreender, em qualquer recorte socioespacial, o capital social e, daí, suas implicações na eficácia da ação coletiva, admitem a classificação em três grupos: medidas de inserção estrutural, medidas de coesão e medidas de intermediação.

Na perspectiva de fechamento de rede, inscrevem-se as medidas de inserção estrutural e de coesão que indicam se o contexto social é favorável ou não à cooperação entre as pessoas que dele fazem parte; e, na perspectiva dos buracos estruturais, enquadram-se as medidas de intermediação cujo objetivo é o de assinalar os integrantes da rede que podem ajudar na tomada de decisões. Para descrever os padrões relacionais existentes entre os atores da rede e, com isso, por a descoberto os vínculos entre o capital social e o problema da ação coletiva, as medidas de densidade, distância geodésica, centralidade de grau, coparticipação em cliques e a medida conhecida como Índice C devem ser acionadas.

Enfim, se o capital social consiste em produto da coesão social interna do grupo, então, a densidade e a distância geodésica, que são medidas de

coesão, prestam-se à avaliação dos níveis de confiança presentes nas estruturas reticulares. A centralidade de grau e a coparticipação em cliques, medidas de inserção estrutural, dão a conhecer tanto os atores centrais das redes e o grau de interação entre eles, quanto os subgrupos reticulares e a interação entre os atores pertencentes a esses subgrupos. E, para capturar os atores cuja posição estrutural proporciona a eles mais poder e prestígio na trama reticular - poder e prestígio que equivalem a mais uma das formas de manifestação do capital social -, cabe lançar mão da medida de intermediação denominada Índice C.

Referências bibliográficas.

BARBOSA, M. F. P. *Turismo solidário, capital social e desenvolvimento no município do Serro - Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BURT, R. *Structural holes*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BURT, R. Structural holes versus network closure as social capital. In LIN, N.; COOK, K. e BURT, R. *Social Capital: Theory and Research*. Sociology and Economics: Controversy and Integration series. New York: Aldine de Gruyter, 2000. p. 31-56.

BURT, R. The network structure of Social Capital. In: SUTTON, R. e STAW, Barry. *Research in Organizational Behavior*, Greenwich, v. 22, 2000.

CAVALCANTE, G. V. *Ciências das redes: aspectos epistemológicos*. (Doutorado em Ciência da Informação) – CID/FACE, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 1988. p. 95-120.

COLEMAN, J.S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COSTA, W. M. *Análise das relações pessoais e da relação com o saber na escola pública: investigação na Escola Estadual Professora Judith Bezerra de Melo*. (Mestrado em Demografia) – PPGDEM/CCET, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. *Introducing social networks*. London: Sage, 1999.

ENGLE, S. *Structural holes and Simmelian ties: exploring Social Capital, task interdependence and individual effectiveness*. (Phd Thesis), University of North Texas, 1999.

FAZITO, D.; SOARES, W. (2011) Capital Social, análise de redes e os mecanismos

intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular, 2011, p. 219-241.

FERNANDES, A. S. A. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 36, n. 3, maio/jun. 2002. p. 375-398.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 1985. p. 481-510.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 1973. p. 1360-1380.

HANNEMAN, R.A. e RDDLE. M. *Introduction to social network methods*. Riverside, CA: University of California, 2001.

LIN, N. *Building a network theory of social capital*. *Connections*, v. 22, n. 1, 1999. p. 28-51.

LIN, N. *Social capital: a theory of social structure and action* (structural analysis in the social sciences), Cambridge University Press, 2001.

LOURY, G. C. A Dynamic Theory of Racial Income Differene. In: WALLACE, P. A.; LaMond, A. M. (Org.) *Women, Minorities, and Employment Discrimination*. Lexington: Lexington Books, 1977.

MONASTERIO, L. M. Escolha racional e ação coletiva: problemas e soluções. *Revista da Associação Mineira de Direito e Economia*, vol. 3, 2010. p. 1-28.

MORENO, J. *O novo capital social: a abundância de informação na era da sociedade em rede e os seus efeitos sobre a acumulação de capital social*. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2014.

OLSON, M. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University, 1965.

PRATES, A. A. P.; CARVALHAES, F.A. de O.; SILVA, B. F. A. Capital Social e Redes Sociais: conceitos redundantes ou complementares. In: AGUIAR, N. *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 47-59.

PRELL, C. *Social network analysis: history, theory and methodology*. London, SAGE, 2012.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SILVA, C. A.; FIALHO, J.; SARAGOÇA, J. Análise de redes sociais e Sociologia da acção: pressuposto teórico-metodológicos. *Revista Angolana de Sociologia* (online), 11, 2013. p. 91-106.

SIMMEL, G. *Conflict and the web of group affiliations*. New York and Glencoe, Free Press, 1955.

SIMMEL, G. *The Sociology of Georg Simmel*. New York and Glencoe, Free Press, 1950.

SOARES, W. Indicadores sociais, cartografia e análise de redes sociais: elementos para um diálogo possível entre dois campos de representação do real. *Revista Geografias*. Belo Horizonte, 2006.

VARANDA, M. P.; FONTES, B.; REGO, R.; EICHNER, K. A comunidade científica de analistas lusófonos de redes sociais: qual o potencial para a acção coletiva? *Estudos de Sociologia*. Recife, vol. 2, n. 21, 2015.

VARANDA, M. P. Acção colectiva entre pequenos empresários: uma análise de redes sociais. *Análise Sociológica*. Vol. XLII (182), 2007, p. 207-230.

VELÁZQUEZ, A. A. O; AGUILAR, N. G. *Manual introductorio al análisis de redes sociales*. Universidad Autónoma del Estado de México y Universidad Autónoma Chapingo, 2005.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WELLMAN, B. The network community. In: WELLMAN, B. (ed.) *Networks in the global village*. 1999. Disponível em: <<http://groups.chass.utoronto.ca/netlab/>> Acesso em: 20 jan. 2017.

ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017:

Onde se lia:

“Julho - Dezembro de 2017 vol. 15 - nº 2 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 14 nº 2 (Jul-Dez) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 13 nº 2 (Jul-Dez) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

- No documento *Notas do Editor*, de autoria de Carlos Henrique Jardim, publicado na revista Geografias v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *A contribuição da técnica dos quantis na identificação de extremos de chuva e de uma metodologia para detectar situações de desastre natural no semiárido cearense*, de autoria de Jander Barbosa Monteiro, Maria Elisa Zanella, Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Democracia Deliberativa e Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: desafios à construção de processos de governança democrática territorial*, de autoria de Altair Sancho Pivoto dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Aplicabilidade da ferramenta Kobotollbox para validação de mapeamento de classificação de cobertura e uso da terra*, de autoria de Patrícia Tinoco Santos, Márcio Rodrigues Silva, Alécio Perini Martins, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Sertão à vista: os planos e os trilhos cearenses no Segundo Reinado*, de autoria de Igor Carlos Feitosa Alencar, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Abordagens teóricas de métodos regionais na perspectiva da dialética a totalidade socioespacial e a lei da interpenetração dos contrários*, de autoria de Raquel Augusta Melilo Carrieri, Valéria Roque, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Licenciamento ambiental de atividades minerárias em Minas Gerais estruturação e processos decisórios na Câmara de Atividades Minerárias*, de autoria de Giovanna Soares Ramanery, Antônio Pereira Magalhães Júnior, Guilherme Eduardo Macedo Cota, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Possibilidade de mapeamento das atividades comerciais e de serviços a partir do uso do CNEFE/CNAE Ituiutaba - MG*, de autoria de Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No documento *Teses e Dissertações defendidas no Programa de Pós - Graduação em Geografia*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho - 31 de Dezembro de 2017. Vol.15, nº 2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”